

Em casa de ferreiro espeto de pau? Ensaio sobre a
autogestão nas ITCP's
Eixo temático: Planejamento e Avaliação de Programas e
Projetos de Intervenção nas Incubadoras Universitárias de
Economia Solidária

Martin Zamora
ITCP UFRGS
moreirazamora@gmail.com
(51) 3516-1806

Resumo:

O presente trabalho pretende discutir os modelos de direção que temos nas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's) e refletir sobre como estes modelos se relacionam com a autogestão. Sabemos que as ITCP's não são “ilhas de autogestão”. Elas estão relacionadas a diferentes organizações heterogestionárias como a universidade e os governos. Temos como objetivo apontar o horizonte para uma práxis emancipadora onde estas organizações se engajem, não apenas na construção da sua autogestão como também na construção de uma sociedade de livres produtores associados.

Palavras-chave: ITCP's, autogestão, práxis emancipadora.

O presente ensaio desenhou-se a partir de uma necessidade concreta: a relevância de discutir e entender os processos de autogestão nas incubadoras tecnológicas de cooperativas populares e os modelos organizacionais que estas apresentam.

As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's) são uma experiência de articulação entre pesquisa e extensão dentro das universidades que pretende atender, a partir de uma determinada metodologia de incubação, as necessidades demandadas por empreendimentos de economia solidária. Esta experiência começa na década de noventa, sendo portanto, uma experiência inovadora e recente no campo popular e universitário.

Não podemos esquecer que as ITCP's surgem na universidade brasileira, que continua sendo um espaço burocrático, cientificista, elitista e autoritário. Em contraste a isso, muitos dos professores, funcionários ou estudantes que compuseram e compõe as ITCP's tem um passado (ou mesmo um presente) militante em organizações de esquerda, movimentos sociais e sindicatos, trazendo para as incubadoras reflexões e formas de organização diferentes às praticadas em outros espaços de pesquisa e extensão dentro da universidade.

A autogestão é a forma de organização da produção que é compatível com a economia solidária. Esta é uma afirmação comum nos sites das ITCP's e nos congressos ou seminários da área, mesmo assim, um estudo mais apurado consegue identificar que o sentido do conceito autogestão toma diferentes formas e lógicas nesta discussão. É por isto que é importante abordar de que autogestão estamos falando.

O nosso objetivo neste artigo é discutir a importância da autogestão nos processos organizativos das ITCP's e apontar as possíveis influências destes nos empreendimentos de economia solidária.

No primeiro momento deste artigo discutimos o sentido da autogestão para as organizações e qual a autogestão que defendemos. Num segundo momento pretendemos traçar um paralelo entre a organização que temos nas ITCP's, descrevendo os formatos organizativos mais comuns, e a que ao nosso entender, deveria ser apresentada como um horizonte. No último momento faremos considerações com objetivo de conclusão.

Autogestão e heterogestão nas organizações

Um elemento fundamental para definir a autogestão ou heterogestão de uma organização ou de uma determinada sociedade é analisar o nível de associação ou dissociação entre concepção e execução, a divisão entre o trabalho manual e alienado e o trabalho intelectual. Enquanto o primeiro se resume à execução de ordens advindas de um comando “superior” o segundo detém o planejamento do conjunto das ações desenvolvidas. Neste sentido, entendemos a autogestão como a participação efetiva de todos os trabalhadores e trabalhadoras na concepção e execução dos trabalhos necessários em determinada organização ou sociedade. Em contraponto à anterior, a heterogestão caracteriza-se pelo controle de planejamento de uma minoria que acaba por definir o trabalho de uma maioria.

A autogestão e a heterogestão não aparecem em estado puro e não dependem apenas das pessoas que participam de determinada organização. Outras variáveis como o contexto social, a tecnociência e a educação interferem diretamente na capacidade de autogerir um grupo.

O pedagogo russo Moisey Pistrak, um dos educadores responsáveis por pensar a escola após a revolução socialista de 1917, afirma a importância do que ele chamou de autodireção nos processos educativos. Segundo este autor:

Para a escola do trabalho socialista foi necessário resolver o problema da autodireção escolar no

espírito de suas próprias tarefas básicas. Nem funcionários, nem quadros políticos, mas sim, devem sair da nossa escola de trabalho organizadores de qualquer trabalho socialmente útil, à luz do ideal comunista. Em correspondência com isso a autodireção, em uma expressão muito adequada, torna-se auto-organização, autoatividade. Se por escola nós vamos entender não o lugar onde as crianças apenas estudam, mas o lugar onde organizam a sua vida, então a autodireção também se torna uma forma de organização da vida infantil. Seu valor pedagógico será determinado como método de trabalho formativo-educativo da criança e do adolescente consigo mesmo e com o meio social, com ajuda de adultos.(PISTRAK, 2009, p. 247).

Junto com outros educadores Pistrak teve a incumbência de implantar e administrar uma escola que servisse de modelo para a educação na transição ao socialismo. Para este grupo de educadores a nova escola deveria se diferenciar da anterior em dois pontos: a educação para o trabalho e a autodireção.

A direção da escola era organizada por todos os membros da mesma, pedagogos, estudantes e funcionários, ambos interagindo com o mesmo poder e responsabilidade perante a escola.

Para Pistrak (2009), a autodireção tem por objetivo,

Dar a possibilidade da juventude definir sua própria vontade para agir, ajudá-la nisso, sistematizando e individualizando seu trabalho e hábitos organizativos – eis a obrigação mais necessária da escola, concretizando-se na forma de autodireção. A atividade criativa no campo de estudo das disciplinas científicas (método laboratorial de ensino) de um lado, e o desenvolvimento dos impulsos volitivos no processo de construção autônoma da vida escolar (autodireção) e outros, devem ligar em um todo único a ciência, o trabalho e a vida (PISTRAK, 2009, p. 248)

Esta concepção nos serve de inspiração para analisar quais são os processos educativos necessários para a autogestão.

No que tange as ITCP's esta reflexão é muito importante já que nos encontramos em universidades que não nos permitem qualquer espaço de autodireção e oferece em troca, uma gestão que proporciona uma participação inferior à democracia liberal burguesa.

Para Novaes (2007), a tecnologia não é um produto neutro da sociedade mas uma fator condicionado e condicionante das relações sociais de produção. Em

contraposição, este autor aponta para Adequação Sócio-Técnica, que pode ser entendida como:

(...)um processo que busca promover uma adequação do conhecimento científico e tecnológico (esteja ele já incorporado em equipamentos, insumos e formas de organização da produção, ou ainda sobre a forma intangível ou mesmo tácita), não apenas aos requisitos e finalidades de caráter técnico-econômico, como até agora tem sido o usual, mas ao conjunto de aspectos de natureza socioeconômica e ambiental que constituem a relação ciência, tecnologia e sociedade (Novaes, 2007, p. 184).

Ainda segundo Novaes, a participação democrática no processo de trabalho, junto com o atendimento a requisitos exigidos pelo meio-ambiente e o cuidado com a saúde dos trabalhadores e consumidores fazem parte de um novo código sociotécnico a partir do qual a tecnologia convencional deve ser reconstruída e reprojeta.

A autogestão, para que não se torne um processo restrito, precisa superar os muros dos empreendimentos de economia solidária, das organizações ou mesmo das ITCP's. Neste sentido, cabe o seguinte questionamento: é possível a autogestão no modo de produção capitalista?

O filósofo húngaro István Mészáros aponta uma resposta.

A articulação hierárquica e contraditória do capital é o princípio geral de estruturação do sistema, não importa o tamanho de suas unidades constituintes. Isso se deve à natureza interna do processo de tomada de decisões do sistema. Dado o antagonismo estrutural inconciliável entre capital e trabalho, esse último está categoricamente excluído de todas as decisões significativas. Isso não se dá apenas no nível mais geral, mas até mesmo nos 'microcosmos' constituintes desse sistema, em cada unidade de produção. Pois o capital, como poder alienado de tomada de decisão, não pode funcionar sem tornar suas decisões absolutamente inquestionáveis (pela força de trabalho) em cada unidade produtiva, pelos complexos produtivos rivais do país, em nível intermediário ou, na escala mais abrangente, pelo pessoal de comando de outras estruturas internacionais concorrentes. É por isso que o modo de tomada de decisão do capital – em todas as variedades conhecidas ou viáveis do sistema do capital – há forçosamente de ser alguma forma autoritária de administrar empresas de topo para a base. Entende-se, portanto, que toda conversa de dividir o poder com a força do trabalho, ou de permitir a sua participação nos processos de tomada de decisão do capital, só existe como ficção, ou como camuflagem cínica e deliberada da realidade. (MÉSZÁROS, 2002, p.27)

Neste sentido, o autor afirma a necessidade de um “controle global do processo de trabalho pelos produtores associados, e não simplesmente a questão de como subverter os direitos de propriedade estabelecidos” (MÉSZÁROS, 2002. p. 628).

Para Novaes (2010), a nova forma de planejamento autogestionária deve superar a lógica de mercado.

As cooperativas e associações de trabalhadores, na luta pela sobrevivência, na maioria dos casos e dentro de uma estratégia de conquistar “novos mercados”, para a minoria, ainda está nos limites do capital, e isso não pode ser superado apenas em algumas cooperativas isoladas, por mais progressistas e engajadas na luta socialista que as mesmas possam ser. (NOVAES, 2010)

Buscando uma definição de organização, Misoczky afirma que “organizar não é sinônimo de organizar de modo burocrático (...). Organizar é produzir socialmente modos de cooperação, sempre instáveis e em movimento” (MISOCZKY, 2010, p.27).

Segundo esta autora, nesta organização as decisões não podem ser individuais e baseadas em interesses e valores pessoais. Devem se basear em critérios coletivos que o processo de organizar está desenvolvendo, através de uma série contínua de consultas em busca de consensos. As decisões não são tomadas pelos líderes ou por algum tipo de comissão dirigente, seu papel é implementar os acordos coletivos, ou seja, mandar obedecendo (MISOCZKY, 2010).

A partir do estudo dos processos de organização da resistência e das lutas sociais, a autora contesta a hegemonia da organização como sinônimo de empresa. Neste sentido, afirma a necessidade de uma práxis emancipadora através de processos e práticas orientados pela razão estratégico-crítica que realizam uma ação transformadora.

Apoiando-nos nestes autores pretendemos demarcar o que entendemos por autogestão: a autodireção de uma organização sem a separação entre a concepção e a execução que a partir de uma práxis libertadora se propõe a tarefa de superar o modo de produção capitalista para construir uma sociedade de livres produtores associados.

A organização que temos e a que precisamos

Como afirmamos anteriormente as ITCP's sofrem influência de três formas diferentes de organização: o dirigentismo herdado dos partidos de esquerda e sindicatos, a hierarquia universitária e o abandono de direção.

O dirigentismo é um método organizacional muito presente em espaços onde há disputa aberta de poder como partidos (especialmente os de esquerda), sindicatos e movimentos sociais. Este método tem por prática a divisão da organização em dois: um grupo dirigente que controla as informações e a maioria das decisões, e o resto da organização que age de acordo com as definições dos seus dirigentes. Neste caso, apesar de uma democracia aparente, a coordenação da organização costuma estar sempre concentrada em poucas mãos, e geralmente, as mesmas. A economia solidária foi muito influenciada por militantes de partidos de esquerda, por sindicalistas e ativistas de movimentos sociais. Por causa disto, o dirigentismo está presente nos empreendimentos de economia solidária, nos diferentes fóruns e, é claro, nas ITCP's.

É importante afirmar que as práticas do dirigentismo não são autogestionárias. Mesmo que este não crie uma hierarquia rígida, a sua prática acaba por dissociar a concepção da execução, reproduzindo assim, um elemento importante da organização capitalista.

Se há um método organizacional que as ITCP's dificilmente conseguem escapar é a hierarquia universitária. Isto se deve ao fato de que as incubadoras são parte integrante da universidade, embora seguidamente tentem se distinguir das práticas da mesma.

Para entender a hierarquia universitária, precisamos descrever rapidamente a universidade. Trata-se de uma instituição de ensino secular e conservadora que tem por objetivo principal difundir o conhecimento e a tecnologia para formar quadros dirigentes das classes dominantes. Atualmente, a universidade está em um movimento de expansão. Isto significa ensino de qualidade para uma minoria e mão-de-obra qualificada para a maioria.

Internamente, a universidade tem uma organização hierárquica e autoritária. Nas universidades públicas temos um sistema de eleição e representação em conselhos (peso de 70% aos professores, 15% aos funcionários e 15% aos estudantes) que deixa nas mãos dos professores o direito de pensar e decidir a universidade, deixando os funcionários e estudantes como meros espectadores. Nas universidades privadas, a tomada de decisões pode ser mais autoritária, restringindo esta ao reitor e um grupo de conselheiros. Como na democracia representativa, estudantes e funcionários são chamados para participar votando nas diferentes eleições e para legitimar os espaços pseudo-democráticos que a universidade nos oferece. Para estar lado a lado com a democracia formal, a universidade brasileira deveria, no

mínimo, permitir o voto universal para todos os segmentos que a compõem

Se observarmos as salas-de-aula ou a maioria dos núcleos de pesquisa e extensão podemos verificar um alto padrão de heterogestão. A maioria dos professores costumam trabalhar como se fossem gerentes, exigindo um nível de produtividade que pode ser medida em artigos, exercícios, visitas técnicas, etc. Esta visão produtivista da educação é respaldada por órgãos de pesquisa como o CNPq e o CAPES. Os estudantes e muitas vezes os funcionários, costumam considerar os professores como seus chefes.

Seríamos injustos se não fizéssemos a ressalva de que muitos professores não compactuam com este modelo de organização. Alguns se negam a participar deste jogo e reclamam de forma tímida em seus gabinetes. Outros, pelo contrário, promovem o enfrentamento ao autoritarismo de forma declarada.

O último modelo organizativo que queremos discutir é o abandono de direção. Apesar de parecer contraditório o fato de considerar o abandono de direção como um modelo de organização a prática tem nos demonstrado que algumas organizações, em particular algumas ITCP's, funcionam assim.

No abandono de direção, a falta de compromisso com o planejamento leva a uma ausência deste. Assim, cada pessoa ou pequeno grupo de pessoas acaba por executar tarefas de forma isolada e não-coordenada impedindo a organização de avaliar as suas atividades como um todo.

A ausência de coordenação abre o caminho para atitudes autoritárias pois o abandono de direção acaba justificando a tomada de decisão individual. Esta situação se agrava nos espaços onde a organização deve ser representada. A dificuldade de tomar posições coletivas faz com que as posições individuais dos atuais representantes acabem prevalecendo.

Como nos lembra Misoczky, “a práxis emancipadora não pode ser efetuada por sujeitos isolados ou a reboque de líderes” (MISOCZKY, 2010, p. 39)

Cabe analisar agora como este cenário influencia os projetos de pesquisa e de extensão das ITCP's além do seu funcionamento interno.

As três formas de direção descritas acima encontram-se no dia-a-dia das nossas incubadoras. Não de forma permanente e pura mas temporária, coexistindo com espaços de autogestão.

O nível de autogestão dentro de uma ITCP não depende apenas da consciência dos membros que a compõem. Os trâmites burocráticos das universidades, a

relação com os órgãos de financiamento e seus editais construídos de cima pra baixo, a dependência de peritos de determinada área que não se dispõe a uma prática autogestionária assim como a imposição de certas tecnologias, são alguns dos entraves que enfrentamos.

Apesar destes entraves é a nossa tarefa fortalecer os espaços de autogestão na relação interna ao grupo e na relação com os empreendimentos de economia solidária.

É importante que dentro da ITCP todos os integrantes tenham voz e voto com o mesmo peso, evitando reproduzir as práticas autoritárias da universidade ou de outros espaços da sociedade. Não há como ter autogestão numa incubadora sem a relação horizontal entre professores, funcionários e estudantes. Junto a isto, é necessário uma alternância nas diferentes funções de direção e a perfeita fluidez das informações. Em espaços onde há concentração de informações, não é possível que todos os envolvidos detenham a mesma capacidade de tomada de decisões.

Mas uma ITCP que pretende ser uma organização autogestionária não pode se restringir às práticas supracitadas. Ela deve se engajar na luta por uma sociedade autogestionária. É com esta consigna que deve atuar na assessoria aos empreendimentos, na sua participação nos fóruns locais e regionais de economia solidária e nas redes de incubadoras.

Considerações finais

A partir deste artigo procuramos colaborar com a reflexão sobre a importância da autogestão nas ITCP's e como esta sofre influência de outras organizações da sociedade, seja através da história dos seus membros ou devidos às relações institucionais.

Vimos que a autogestão nas organizações não dependem apenas dos seus membros e da consciência destes. Depende também dos processos educativos do grupo e da sociedade, da ciência e tecnologia e das relações sociais.

Apontamos três formas de gestão que no nosso entendimento são comuns nas ITCP's e que não estão relacionadas a práticas autogestionárias embora possam nos passar esta impressão.

Por último, apontamos a necessidade da horizontalidade dentro das ITCP's e a necessidade de um engajamento dos seus membros na construção de uma sociedade autogestionária.

Uma organização que defende a autogestão deve ser, necessariamente, ela mesma autogestionária? Se acreditarmos na relevância das experiências na formação da consciência crítica, só nos resta dizer que sim.

Referências:

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo editorial, 2004.

MISOCZKY, M.C. **Das práticas não-gerenciais de organizar à organização para a práxis da libertação**. In: MISOCZKY M.C. et al (org.) **Organização e Práxis Libertadora**. Porto Alegre: Dacasa Editora, 2010.

NOVAES H.T. **O Fetiche da Tecnologia: A experiência das fábricas recuperadas**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

NOVAES H.T. **A relação universidade-movimentos sociais na América Latina: habitação popular, agroecologia e fábricas recuperadas**. Tese (Doutorado em Política Tecnológica) Unicamp, Campinas, 2010.

PISTRAK M.M. **A Escola – Comuna**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.